Sexta-Feira, 20 de Novembro de 2026

Max Russi diz que “o ótimo é inimigo do bom” e vê avanço em proposta sobre dosimetria das penas

Dosimetria em debate

Redação do rufandobombonews

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado estadual Max Russi (PSB), avaliou como um avanço a proposta que trata da dosimetria das penas aplicadas aos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. Segundo o parlamentar, o texto representa um equilíbrio possível diante do atual cenário político e jurídico, mesmo não atendendo integralmente a todas as expectativas.

Para Max Russi, a discussão sobre a dosimetria é fundamental para diferenciar condutas e graus de responsabilidade entre os envolvidos nos atos. “Eu acho que é um bom debate. Muitas vezes a gente busca o ótimo e não consegue. Existe um ditado que diz que o ótimo é inimigo do bom. Às vezes, o que é possível é o bom, e eu entendo que isso é o que foi alcançado neste momento”, afirmou.

A proposta em debate busca ajustar os critérios utilizados para a fixação das penas, levando em conta aspectos como o nível de participação de cada réu, se houve violência, depredação do patrimônio público ou organização prévia, além do tempo de envolvimento nos atos. A intenção é evitar punições consideradas desproporcionais e garantir maior individualização das penas, princípio previsto no ordenamento jurídico brasileiro.

Segundo o deputado, o texto deixa claro que não se trata de anistia ou perdão generalizado. “Teve pena, não se passou pano. O que está sendo discutido é a dosimetria, ou seja, como essas penas são aplicadas”, destacou. Para ele, a medida atende tanto à necessidade de responsabilização quanto à busca por justiça mais equilibrada.

Max Russi lembrou ainda que a proposta segue agora para análise do Senado Federal, onde deve passar por novas rodadas de debates e possíveis alterações. “Ainda tem muita discussão pela frente. Vamos aguardar como o Senado vai se comportar, se vai dar seguimento ou não à proposta”, disse.

O parlamentar concluiu afirmando que o avanço no debate sobre a dosimetria contribui para pacificar o tema e dar uma resposta institucional à sociedade, sem abrir mão da punição aos responsáveis, mas garantindo critérios mais claros e proporcionais na aplicação das penas.